

Usina Santo Antônio S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de março de 2026**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balancos patrimoniais	9
Demonstrações de resultados	10
Demonstrações dos resultados abrangentes	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	13
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	14

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a administração da Usina Santo Antônio S.A. (“Companhia”), submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras que compreendem o balanço patrimonial, e as demonstrações de resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa da Usina Santo Antônio S.A., relativos ao exercício findo em 31 de março de 2026, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

Contexto Macroeconômico

O exercício findo em 31 de março de 2026 foi caracterizado por um período de baixo crescimento do PIB, alta volatilidade cambial e inflação persistente. Durante o exercício encerrado em 2026, a taxa básica de juros foi mantida em nível elevado, e houve aumento das incertezas em relação a perspectivas econômicas, especialmente devido às mudanças na política comercial do governo norte americano, a manutenção da guerra entre Rússia e Ucrânia e o conflito no oriente médio entre os Estados Unidos, Israel e Irã, que afetaram significante os preços do Petróleo no mercado Mundial.

Reforma tributária

Aprovada no ano de 2023, através da Emenda Constitucional nº 132/2023, a reforma tributária busca trazer simplificação do sistema tributário do país, com a instituição do IVA Dual, composto pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) de competência Estadual e Municipal e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) de competência Federal. O IVA Dual substituirá os atuais tributos ISS, ICMS, IPI, PIS e COFINS. Outro tributo que passará a ser cobrado é o Imposto Seletivo (IS) de competência Federal. Mas até a total aplicação da reforma, um longo caminho se dará: o chamado período de transição, cujos efeitos se darão até o ano de 2033, período em que coexistirão as duas formas de tributação.

No mês de janeiro de 2026, foi publicada a Lei Complementar nº 227/2026, que dispôs principalmente sobre a criação do Comitê Gestor do IBS, formado por representantes dos Estados e dos Municípios, o qual será responsável por coordenar a arrecadação, fiscalização, cobrança, distribuição de receitas e uniformização da legislação pertinente ao IBSD.

Importante salientar que estas alterações relativas a reforma tributária não tiveram qualquer impacto nas demonstrações financeiras findas em 31 de março de 2026.

Por meio de seu comitê tributário (interno) e de seus assessores jurídicos, a Companhia vem monitorando as publicações legais e regulamentares relacionadas à Reforma Tributária no sentido de avaliar os impactos desta ao longo da Safra 2026/27.

Contexto da Companhia

Todo o setor sucroenergético tem sido afetado nos últimos anos por impactos climáticos, aumento no preço dos insumos agrícolas e industriais, além de fatores geopolíticos.

Neste exercício, tivemos uma redução de 4,4% na moagem de cana-de-açúcar e conseqüentemente redução de 8,6% na produção industrial, em relação ao exercício anterior. Os efeitos climáticos adversos de 2024, que incluíram deficiência hídrica de 400 a 500 milímetros nas regiões canavieiras e incêndios que atingiram 665 mil hectares de cana, reduziram a produtividade agrícola. Os canaviais da Companhia foram severamente afetados pelos incêndios ocorridos no mês de agosto de 2024 no Estado de São Paulo, ocasionado reflexos

negativos na produtividade, o que demandou investimentos adicionais na recuperação do canavial

No ano-safra 2025/26 (abril/2025 a março/2026), o mercado sucroenergético brasileiro e global atravessou uma inflexão de ciclo marcada pela transição de déficit para superávit. O balanço global de açúcar reverteu de um déficit de aproximadamente 4,2 milhões de toneladas em 2024/25 para um excedente projetado em cerca de 2,6 milhões de toneladas em 2025/26, refletindo a expectativa de aumento na oferta dos principais países produtores. Em função desta dinâmica, os preços do açúcar sofreram uma significativa redução, que combinada com a valorização da taxa de câmbio doméstica, geraram impacto relevante na receita. O mercado de etanol doméstico apresentou preços moderadamente superiores ao exercício anterior em função de uma oferta mais restrita, mas o aumento foi insuficiente para sustentar as receitas em função da redução na produção. Estas condições, aliadas às descritas no contexto macroeconômico, tiveram impacto relevante no resultado do exercício findo em 31 de março de 2026.

Em relação aos outros negócios, a estratégia de diversificação e agregação de valor contribuiu para o resultado apresentado. Apesar do ambiente econômico desafiador, podemos destacar a produção e comercialização de energia elétrica, que apresentou aumento significativo de receita, e levedura destinada a ração animal, que contribuíram para o resultado da estratégia de diversificação.

Continuamos ainda com os projetos de desenvolvimento imobiliário. Em relação aos Projetos Jardim Veneto e Vila Sicília, ambos no Município de Sertãozinho-SP, já foram comercializados mais de 98% dos lotes existentes e em relação ao empreendimento Vila Messina, no Município de Cruz das Posses-SP, teve em março de 2026 o seu Termo de Verificação de Obras – TVO emitido pela Prefeitura Municipal aprovando o referido empreendimento e até esta data foram comercializados mais de 55% dos lotes existentes. Estamos ainda avaliando outras oportunidades e estudos de novos projetos na região.

Durante a safra 25/26, mantivemos a comercialização dos certificados de descarbonização (Cbios), através da Cooperativa dos Produtores de Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo, mantendo o compromisso às certificações do programa.

Em relação a política de distribuição de dividendos e investimentos da Companhia e suas coligadas, todas as decisões são deliberadas em assembleias de acionistas após apresentação dos planos de investimentos e posição patrimonial e financeira.

Nosso histórico de cumprimento de acordos e nossa transparência nas relações, aliados à forte gestão da carteira, com contínuo monitoramento financeiro, tem possibilitado a Usina Santo Antônio S.A. acessar linhas de crédito junto as maiores instituições financeiras do país, as quais vêm mantendo posições e operações importantes e de longo prazo, com taxas de juros competitivos em relação às praticadas no mercado,.

Enfim, é com este espírito de buscar continuamente melhorias e com uma visão de longo prazo, que enfrentamos os vários desafios encontrados na safra 25/26 e acreditamos estar melhor preparados para enfrentar as futuras safras mesmo no atual contexto econômico, mercadológico e geopolítico.

Aproveitamos para agradecer aos fornecedores pela confiança; aos clientes pela preferência; aos colaboradores pelo empenho, dedicação e talento; e às instituições financeiras e aos acionistas pelo apoio e confiança.

Sertãozinho, 30 de junho de 2026.

Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores e Acionistas da
Usina Santo Antônio S.A.**
Sertãozinho - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Usina Santo Antônio S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Usina Santo Antônio S.A. em 31 de março de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas, conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração do valor justo do ativo biológico

Ver notas explicativas n.ºs. 3.6, 4 (i) e 10 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria

A Companhia mensura o seu ativo biológico de cana-de-açúcar ao valor justo menos despesas com vendas.

O modelo de avaliação do valor justo da Companhia considera o valor presente do fluxo de caixa líquido esperado durante a vida do ativo biológico. Essas projeções requerem julgamento crítico na determinação das diversas premissas adotadas pela Companhia, principalmente relacionadas a área total estimada de colheita, produtividade estimada desses canaviais (toneladas de cana-de-açúcar por hectares), a quantidade de açúcar total recuperável - ATR por tonelada de cana-de-açúcar, aos preços futuros estimados do ATR, a área de colheita, aos custos necessários para os tratos culturais futuros, o custo do aluguel da terra e aos custos correspondentes ao corte, carregamento e transporte dessa cana-de-açúcar e a taxa de desconto.

Devido às incertezas e alto grau de julgamento envolvido na determinação das premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa futuros e do impacto que eventuais mudanças nessas premissas poderiam ter nas demonstrações financeiras, considerando esse assunto significativo em nosso trabalho de auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram:

- Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, das principais premissas utilizadas para determinar o valor justo do ativo biológico, incluindo produtividade estimada desses canaviais, a quantidade de açúcar total recuperável - ATR por tonelada de cana-de-açúcar, aos preços futuros estimados do ATR, a área de colheita, aos custos necessários para os tratos culturais futuros, o custo do aluguel da terra e aos custos correspondentes ao corte, carregamento e transporte dessa cana-de-açúcar e a taxa de desconto e comparação das principais premissas com informações históricas disponíveis, bem como, análise de sensibilidade das premissas significativas utilizadas;
- Recálculo matemático do valor presente determinado com base nos fluxos de caixa projetados e descontados; e
- Avaliação também se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes, em relação às premissas utilizadas na mensuração do ativo biológico.

Com base nos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos que a mensuração do valor justo do ativo biológico, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de março de 2026.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto/SP, 30 de junho de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP



Gustavo de Souza Matthiesen
Contador CRC SP-293539/O-8

Usina Santo Antônio S.A.

Balancos patrimoniais 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2026	2025	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2026	2025
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	166.051	219.491	Fornecedores	19	43.184	49.587
Contas a receber - Clientes	7	48.731	42.489	Empréstimos e financiamentos	20 a)	21.060	26.416
Contas a receber - Cooperativa	8	60.375	73.810	Debêntures	20 c)	1.320	22.210
Estoques	9	17.129	22.160	Passivos de arrendamento	21	1.407	1.461
Ativo biológico	10	48.081	73.437	Impostos e contribuições a recolher		4.640	4.468
Adiantamentos a fornecedores	11	104.085	114.018	Salários e contribuições sociais		24.869	21.786
Instrumentos financeiros derivativos	24	470	10.584	Demais passivos	22	13.573	15.184
Impostos a recuperar	12 a)	44.638	37.931			110.053	141.112
Imposto de renda e contribuição social saldo negativo	12 b)	36.060	37.888				
Demais ativos	13	8.947	6.949				
		<u>534.567</u>	<u>638.757</u>				
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Empréstimos e financiamentos			
Contas a receber - Cooperativa	8	45.006	47.990	Empréstimos e financiamentos	20 a)	99.559	35.905
Impostos a recuperar	12 a)	13.562	10.658	Financiamentos Cooperativa	20 b)	24.804	25.346
Imposto de renda e contribuição social saldo negativo	12 b)	4.844	-	Debêntures	20 c)	90.799	65.070
Depósitos judiciais	14	239.003	216.144	Passivos de arrendamento	21	2.115	3.431
Demais ativos	13	7.561	7.647	Impostos e contribuições a recolher		237	237
		<u>309.976</u>	<u>282.439</u>	Demais passivos	22	56.395	75.182
				Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	33.255	37.030
				Provisão para contingências	23	231.184	208.339
						538.348	450.540
						<u>648.401</u>	<u>591.652</u>
				Total do passivo			
				Patrimônio líquido	26		
Investimentos	17	424.692	383.459	Capital social		1.081.284	979.801
Imobilizado	18	615.849	525.184	Ações em tesouraria		(91.415)	(91.415)
Intangível		2.262	507	Reserva de lucros para aquisição de ações		121.682	122.355
Direito de uso	21	3.931	4.855	Reserva legal		67.316	67.316
		<u>1.356.710</u>	<u>1.196.444</u>	Reserva reflexa de investida		14.050	14.050
				Reserva incentivo fiscal subvenção		49.959	49.959
				Lucros a deliberar		-	101.483
						<u>1.242.876</u>	<u>1.243.549</u>
				Total do patrimônio líquido			
Total do ativo		<u>1.891.277</u>	<u>1.835.201</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.891.277</u>	<u>1.835.201</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina Santo Antônio S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota	2026	2025
Receita operacional líquida	27	893.789	1.010.255
Custos dos produtos vendidos	28	(801.638)	(852.646)
Valor justo do ativo biológico	10	<u>(35.904)</u>	<u>(5.193)</u>
Lucro bruto		56.247	152.416
Receitas (despesas) operacionais			
Vendas	29	(35.034)	(32.799)
Administrativas e gerais	29	(49.272)	(50.586)
Outras receitas operacionais, líquidas	30	15.175	8.005
Resultado da equivalência patrimonial em controladas	17	<u>10.032</u>	<u>(2.400)</u>
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		(2.852)	74.636
Receitas financeiras	31	53.619	71.287
Despesas financeiras	31	(52.849)	(68.803)
Variação cambial, líquida	31	<u>(5)</u>	<u>1</u>
Resultado financeiro líquido	31	<u>765</u>	<u>2.485</u>
(Prejuízo) / lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		(2.087)	77.121
Imposto de renda e contribuição social correntes		(2.361)	(10.093)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	<u>3.775</u>	<u>40.361</u>
(Prejuízo) / lucro líquido do exercício		<u>(673)</u>	<u>107.389</u>
Quantidade de ações - em milhares		<u>2.070</u>	<u>2.070</u>
(Prejuízo) / lucro básico e diluído por ação - R\$		<u>(0,32)</u>	<u>51,88</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina Santo Antônio S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	2026	2025
(Prejuízo) / lucro líquido do exercício	(673)	107.389
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u>(673)</u>	<u>107.389</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina Santo Antônio S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de lucros para aquisições de ações	Reserva legal	Reserva reflexa de investida	Reserva incentivo fiscal	Lucros a deliberar	Lucros / (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de março de 2024	<u>774.505</u>	<u>(56.185)</u>	<u>122.355</u>	<u>61.947</u>	<u>14.050</u>	<u>49.959</u>	<u>223.877</u>	<u>-</u>	<u>1.190.508</u>
Aumento de capital social (Nota 26 a)	205.296	-	-	-	-	-	(205.296)	-	-
Distribuição de dividendos (Nota 26 d)	-	-	-	-	-	-	(18.581)	-	(18.581)
Aquisição de ações de acionistas (Nota 26 b)	-	(35.230)	-	-	-	-	-	-	(35.230)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	107.389	107.389
Destinações:									
Reserva legal (Nota 26 c)	-	-	-	5.369	-	-	-	(5.369)	-
Dividendos obrigatórios (Nota 26 d)	-	-	-	-	-	-	-	(537)	(537)
A deliberar em Assembleia Geral	-	-	-	-	-	-	101.483	(101.483)	-
Saldos em 31 de março de 2025	<u>979.801</u>	<u>(91.415)</u>	<u>122.355</u>	<u>67.316</u>	<u>14.050</u>	<u>49.959</u>	<u>101.483</u>	<u>-</u>	<u>1.243.549</u>
Aumento de capital social (Nota 26 a)	101.483	-	-	-	-	-	(101.483)	-	-
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(673)	(673)
Absorção do prejuízo do exercício com reserva de lucros	-	-	(673)	-	-	-	-	673	-
Saldos em 31 de março de 2026	<u>1.081.284</u>	<u>(91.415)</u>	<u>121.682</u>	<u>67.316</u>	<u>14.050</u>	<u>49.959</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.242.876</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina Santo Antônio S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota	2026	2025
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
(Prejuízo) / lucro do exercício antes do imposto de renda e contribuição social		(2.087)	77.121
Ajustes para:			
Depreciação e amortização		138.199	106.457
Resultado na baixa de ativo imobilizado	30	287	(1.355)
Resultado da equivalência patrimonial	17	(10.032)	2.400
Mensuração no valor justo de ativos biológicos	10	35.904	5.193
Reconhecimento estoque Cbios	30	-	3.801
Diminuição do ativo biológico devido a colheita de cana-de-açúcar	10	73.437	65.728
Juros e variações cambiais provisionados	16	15.422	21.433
Resultados com instrumentos financeiros derivativos	31	4.210	2.642
Depreciação direito de uso de arrendamento	21	1.348	1.183
Receita de dividendos mensurados ao custo	30	(190)	(207)
Ganho por variação patrimonial de investida	30	(17.573)	(5.974)
Variação de ativos e passivos			
Contas a receber		10.177	(57.329)
Estoques		5.031	(11.032)
Impostos a recuperar		(12.108)	54.339
Adiantamentos a fornecedores		(29.896)	(49.157)
Demais ativos		(2.031)	27.513
Depósitos judiciais		(14)	(48.490)
Instrumentos financeiros derivativos		5.904	(3.993)
Fornecedores		(6.403)	4.054
Impostos e contribuições a recolher		(1.766)	21.339
Salários e contribuições sociais		3.084	2.073
Demais passivos		129	47
		211.032	217.786
Juros pagos ou recebidos		(15.617)	(11.647)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(942)	(7.339)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		194.473	198.800
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativos biológicos	10	(83.985)	(78.630)
Aquisição de investimentos		(879)	(2.664)
Aquisição de intangível		(2.381)	(392)
Aquisição de ativo imobilizado		(224.354)	(196.538)
Valor recebido na alienação de ativo imobilizado	30	416	1.600
Recebimento venda de ações		8.071	-
Recebimento de dividendos		19.263	14.772
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(283.849)	(261.852)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de passivo de arrendamento	16	(1.937)	(1.956)
Empréstimos e financiamentos bancários e debêntures tomados	16	75.000	18.166
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures - principal	16	(23.596)	(33.736)
Pagamento de dividendos		(531)	(19.462)
Pagamento de ações de acionistas	16	(13.000)	(12.228)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		35.936	(49.216)
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa		(53.440)	(112.268)
Demonstração da redução no caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		219.491	331.759
No fim do exercício	6	166.051	219.491
		(53.440)	(112.268)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

1.1 A Companhia

A Usina Santo Antônio S.A. (“Companhia”), com sede na Fazenda Santo Antonio - Estrada Municipal Jácomo Nelson Balbo s/n, Setor Industrial Nordeste, CEP 14166-800, Município de Sertãozinho (SP), Estado de São Paulo, tem como atividades as operações a seguir:

A Companhia é cooperada da Cooperativa dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo cujo ato cooperado entre as partes implica na entrega, imediata e definitiva, da produção de açúcar e etanol nos estabelecimentos da Cooperativa. O resultado da comercialização desses produtos, no mercado interno e externo, é rateado para cada cooperado, em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST n° 66, de 05 de setembro de 1986.

A Companhia atua na produção de levedura para comercialização, substancialmente no mercado externo e de energia elétrica no mercado interno.

Aproximadamente 39% da cana-de-açúcar processada e/ou comercializada pela Companhia é própria sendo cultivadas em terras próprias e de terceiros, mediante exploração de parceria agrícola.

A Companhia produz ainda cana-de-açúcar orgânica, sendo parte utilizada na fabricação própria de açúcar e etanol, e parcela substancial é comercializada para a parte relacionada Usina São Francisco S.A. para produção de açúcar e etanol orgânicos.

Reforma tributária

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar n° 214/2025, primeira etapa de regulamentação da Reforma Tributária do consumo. O novo modelo substituirá PIS, COFINS, ICMS, ISS e parte do IPI pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), estruturados sob o conceito de IVA dual.

Adicionalmente, foi instituído o Imposto Seletivo (IS), de competência federal, incidente sobre bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente.

A Reforma será implementada gradualmente entre 2026 e 2032, período no qual coexistirá o sistema atual e o novo regime. A LC n° 227/2026 complementou a regulamentação, disciplinando aspectos operacionais do IBS, inclusive administração, fiscalização e regras de transição.

A Administração da Companhia acompanha os desdobramentos regulatórios e avalia os potenciais impactos tributários, operacionais e contábeis da nova sistemática.

Contudo, considerando que o período de transição terá início em 2026 e ainda existem regulamentações complementares pendentes, não foram identificados, até a presente data, efeitos materiais a serem refletidos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de março de 2026.

A Companhia seguirá monitorando a evolução normativa e atualizará suas estimativas e divulgações conforme os impactos forem se tornando conhecidos e mensuráveis.

1.2 Investidas

Usina Uberaba S.A. – controlada em conjunto

A Usina Uberaba S.A., com sede na Fazenda Uberaba, Rodovia Municipal 304, Km 2,5, cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais, tem como atividade a fabricação de etanol.

A Usina Uberaba S.A. é cooperada da Cooperativa, cujo ato cooperado entre as partes implica na entrega, imediata e definitiva, da produção de etanol nos estabelecimentos da Cooperativa. O resultado da comercialização desses produtos, no mercado interno e externo, é rateado para cada cooperado em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST nº 66, de 05 de setembro de 1986.

Agropecuária Iracema Ltda. – controlada em conjunto

Tem como principal atividade a exploração da atividade agrícola da cana-de-açúcar em regime de parceria agrícola com empresas relacionadas.

PHB Industrial S.A. - controlada em conjunto

A PHB Industrial S.A. foi constituída em 1º de março de 2000, com sede em Serrana, Estado de São Paulo, tendo como objeto social e atividade preponderante a industrialização e comercialização de produtos químicos orgânicos e inorgânicos.

A investida concluiu substancialmente o desenvolvimento do Polihidroxibutirato (PHB) e Polihidroxibutirato-Valerato (PHB-V) em 2001, com elaboração do PDP (*Project Design Package*) dependendo quantias significativas com gastos industriais e de projetos.

Em paralelo à rota de produção do PHB e PHB-V voltado ao mercado de plásticos, a investida desenvolveu também durante os últimos anos, tecnologia que permite a utilização de sua rota produtiva em nutrição animal. Tal tecnologia já se encontra devidamente patenteada e testada.

A Administração, com base nos resultados obtidos em testes com diferentes espécies de animais, obteve a inclusão do PHB na lista positiva de insumos do Ministério da Agricultura, assim como o registro de fábrica (SP-59890) e do registro do produto (*BIOCYCLE*) junto aos órgãos competentes, com possibilidade de produção comercial desse material, baseada na estrutura industrial já implementada.

A Administração da PHB Industrial S.A., ao mesmo tempo que continua desenvolvendo novas rotas tecnológicas dentro do projeto existente, também estuda alternativas de formação de nova Joint Venture com terceiros para explorar novas oportunidades de negócios.

Vicenza Desenvolvimento Imobiliário Ltda. – controlada em conjunto

A Vicenza Desenvolvimento Imobiliário Ltda., foi constituída em 01 de agosto de 2024, tem como atividade de *holding* sobre o ramo de empreendimentos imobiliários do Grupo Econômico Balbo. Seu capital social foi integralizado com base nas quotas das Companhias combinadas Usina Santo Antônio S.A. e Usina São Francisco S.A. nas investidas Vicenza Empreendimentos Imobiliários Ltda., Vila Sicília Empreendimentos Imobiliários Ltda. e Vila Messina Empreendimentos Imobiliários Ltda., conforme saldos contábeis de 31 de julho de 2024, com isso a Vicenza Desenvolvimento Imobiliário Ltda. passou a ser a controladora direta das respectivas investidas. As investidas são controladas em conjunto e têm como principal atividade o fracionamento do solo visando a obtenção de lotes urbanizáveis, a construção, incorporação, e quaisquer atividades relacionadas a projetos imobiliários em geral.

Biowax S.A. – controlada em conjunto

Tem como principal atividade a produção, fabricação e a comercialização de cera vegetal proveniente da cana-de-açúcar e seus derivados, através da exploração de tecnologias patenteadas pelos seus acionistas, ou que vierem a ser desenvolvidas ou a ela licenciadas; o desenvolvimento de novos produtos e novas tecnologias; a prestação de serviços de consultoria para a obtenção de cera vegetal ou animal.

Biowax Tecnologia S.A. – controlada em conjunto

Tem como principal atividade a comercialização de tecnologias, podendo transferir, ceder, licenciar ou vender referidas tecnologias, bem como a participação em outras empresas exploradoras de tecnologias.

1.3 Renovabio

Instituído pela Lei nº 13.576/2017, o RENOVABIO é a Política Nacional de Biocombustíveis que tem como principal foco o estabelecimento de metas nacionais anuais de descarbonização para o setor de combustíveis, objetivando o aumento da produção e da participação de biocombustíveis na matriz energética de transporte do país. Estes créditos de descarbonização (Cbios) deverão ser adquiridos pelas distribuidoras de combustíveis para comprovar o cumprimento de metas de redução de emissão de carbono.

A comercialização dos créditos de descarbonização (Cbios) é realizada através da Cooperativa dos Produtores de Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo, registrando o valor negociado como receita operacional da Companhia, quando do reconhecimento do direito do PN66.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as políticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 30 de junho de 2026.

Detalhes sobre as políticas contábeis materiais da Companhia estão apresentadas na nota 3.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Os ativos biológicos mensurados pelo valor justo deduzidos das despesas com vendas; e
- Os investimentos em coligadas e controladas avaliados por equivalência patrimonial.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$ mil), que é a moeda funcional da Companhia e de suas investidas. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 21** – Passivo de arrendamento: se a Companhia tem razoável certeza de exercer opções de prorrogação.

(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 3.5 (iii)** – Vida útil do ativo imobilizado;
- **Notas 3.16** - Ativos contingentes;
- **Nota 7** - mensuração de perda estimada de crédito do contas a receber: principais premissas na determinação dos percentuais de perda
- **Nota 10** – Ativo biológico - O ativo biológico é mensurado ao valor justo na data de cada balanço patrimonial e os efeitos de variação do valor justo entre os períodos são alocados diretamente no custo dos produtos vendidos;

- **Nota 15** – Ativos e passivos fiscais diferidos - disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados; e
- **Nota 23** – Provisão para contingências - principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

(iii) Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 10** - Ativo biológico; e
- **Nota 24** - Instrumentos financeiros.

3 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.1 Investimentos em controladas

Os investimentos em controladas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo. Os investimentos da Companhia incluem o ágio identificado na aquisição, líquido de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

A Administração optou por não efetuar e divulgar demonstrações financeiras consolidadas em função da imaterialidade dos saldos apresentados na consolidação. A Companhia possui o controle nas investidas, porém sua posição patrimonial e financeira não é relevante para fins de consolidação.

3.2 Investimentos em coligadas e sociedades controladas em conjunto (*joint venture*)

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle, sobre as políticas financeiras e operacionais. A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20 e 50 por cento do poder votante de outra entidade.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo. Os investimentos da Companhia incluem o ágio identificado na aquisição, líquido de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

As demonstrações financeiras incluem receitas e despesas e variações patrimoniais de companhias investidas, após a realização de ajustes para alinhar as suas políticas contábeis com aquela da Companhia, a partir da data em que uma influência significativa ou controle conjunto começam a existir até a data em que aquela influência significativa ou controle conjunto cessam.

Quando a participação da Companhia nos prejuízos de uma companhia investida cujo patrimônio líquido tenha sido contabilizado exceda a sua participação acionária nessa companhia registrada por equivalência patrimonial, o valor contábil daquela participação acionária, incluindo quaisquer investimentos de longo prazo, é reduzido à zero, e o reconhecimento de perdas adicionais é encerrado, exceto nos casos em que a companhia tenha obrigações construtivas ou efetuou pagamentos em nome da companhia investida, quando, então, é constituída uma provisão para a perda de investimentos.

Os investimentos em sociedades controladas em conjunto são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, a qual é reconhecida no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional.

Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas coligadas e controladas em conjunto são eliminados na medida da participação da Companhia; perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido. Quando necessário, as políticas contábeis das investidas são alteradas para garantir consistência com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

3.3 Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

3.4 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

(i) *Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e não reconhecimento*

Os instrumentos financeiros ativos e passivos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) *Instrumentos financeiros derivativos*

A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

(iii) *Compensação de instrumentos financeiros*

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(iv) *Capital social*

Ações ordinárias nominativas da Companhia são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais.

(v) *Dividendos*

Os dividendos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo. O saldo do lucro líquido, deduzidas as reservas legais e o dividendo obrigatório será reconhecido como obrigação quando deliberado por ocasião da Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas. Vide nota 26d.

3.5 Imobilizado

(i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

A Companhia optou por não reavaliar os ativos imobilizados pelo custo atribuído (*deemed cost*) na data de abertura do exercício de 2010. A Administração da Companhia realizou um estudo sobre os benefícios da adoção do custo atribuído (*deemed cost*) e concluiu que esses benefícios não são superiores aos custos de adoção.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Os custos de ativos construídos pela própria Companhia incluem:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas / despesas operacionais no resultado.

(ii) *Custos subsequentes*

Gastos com manutenção que implicam em prolongamento da vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado são capitalizados. Gastos com manutenção sem impacto na vida útil econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Os itens substituídos são baixados.

Os gastos com manutenção agrícola e industrial, incorridos no período de entressafra são levados ao imobilizado para serem apropriados ao custo de produção do açúcar e do etanol no decorrer da safra seguinte.

(iii) *Depreciação*

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos e terra nua não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Edifícios e construções	22 anos
Máquinas, instalações e equipamentos	Entre 6 e 25 anos
Veículos	12 anos
Máquinas e implementos agrícolas	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Lavouras de cana-de-açúcar	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

3.6 Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda.

Alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidos no resultado. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos. A cana-de-açúcar em pé é transferida ao estoque pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apuradas na data de corte.

3.7 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

O custo da cana-de-açúcar transferido dos ativos biológicos é seu valor justo menos as despesas de venda apuradas na data do corte.

O Cbios é caracterizado como um ativo, na sua essência, intangível, por não ter substância física, que decorre de eventos passados e gera um direito para a Companhia. O direito nasce como consequência de uma subvenção governamental, logo seu reconhecimento inicial é tratado dentro do escopo do Pronunciamento Técnico CPC 07 - Subvenção e Assistência Governamentais, e seu reconhecimento inicial é através do valor justo, registrado na linha de outras despesas e receitas operacionais, líquidas (nota 30).

Após a mensuração inicial, o Cbios, por ter sua origem derivada de operações e ser comercializado pela Companhia, passa a ser tratado como estoque, e sua mensuração subsequente passa a ser o valor realizável líquido, conforme definido no CPC 16 – Estoques.

Ao final do exercício a Companhia faz a comparação entre o custo de estoque do Cbios e o seu valor realizável líquido de mercado, e caso necessário, faz o registro de *impairment*.

3.8 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) *Ativos financeiros*

A Companhia avalia a cada data de apresentação se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado.

Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

(ii) *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos biológicos, estoques imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa ("UGC") exceder seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Durante os exercícios encerrados em 31 de março de 2026 e 2025, a Companhia não identificou indicadores de que seus ativos estão registrados com valor acima do seu valor recuperável.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.9 Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.10 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

3.11 Receita operacional

(i) *Venda de produtos – Açúcar e etanol*

As receitas auferidas e despesas incorridas pela Cooperativa são apropriadas ao resultado do exercício com base em rateio, definido de acordo com a produção da Companhia em relação às demais cooperadas, em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST n° 66, de 05 de setembro de 1986.

(ii) *Venda de produtos – cana-de-açúcar, energia elétrica, bagaço de cana e levedura*

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, que as obrigações de desempenho do contrato com clientes tenham sido cumpridas, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

3.12 Receita financeira e despesa financeira

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

3.13 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados, respectivamente, com base nas alíquotas de 15% (acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda) e 9% sobre o lucro tributável, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados ao patrimônio líquido ou a outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação ao prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.14 Aspectos ambientais

As instalações de produção da Companhia e sua atividade industrial estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui o risco associado com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e nos regulamentos em vigor.

A Companhia possui certificações no sistema de gestão integrada e anualmente são realizadas auditorias pelo órgão certificador, visando a conformidade dos processos e operações. Em complemento, a Companhia recebe processos de auditorias e verificações específicas de agências governamentais e independentes, para requisitos específicos do governo e de clientes, além dos requisitos de certificações de segurança de alimentos, agricultura orgânica, comércio justo e de padrões socioambientais, que estão submetidos. Assim buscam além da conformidade com padrões da qualidade de seus produtos, melhorias voltadas a sustentabilidade do negócio e cumprimento de sua política de gestão.

3.15 Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Se houver mais de um componente de arrendamento no contrato, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

Ao atendimento da norma, existem apenas contratos de arrendamentos de propriedades rurais, não havendo componentes a serem segregados, sendo contabilizados como um único componente.

Como arrendatário

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento de terras na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e, subsequentemente, pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustados pelas taxas dos respectivos contratos.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente de pagamentos de arrendamentos que não foram pagos na data da transição, descontados usando uma taxa nominal para cada período, baseada nas taxas de juros livres observadas por projeções de mercado (nota 21).

A Companhia remensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo de arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou em taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

A Companhia aplicou julgamento para determinar o prazo de arrendamento dos contratos que incluem opção de renovação. A assertividade da avaliação se a Companhia pode exercer esta opção tem impacto direto no prazo do arrendamento, podendo afetar significativamente o valor do passivo do arrendamento e do ativo de direito de uso reconhecido. As opções de extensão e rescisão estão incluídas nos contratos de arrendamento da Companhia.

A Companhia reconhece o passivo dos pagamentos futuros trazidos a valor presente por uma taxa de juros incremental e em contrapartida reconhecer o direito de uso destes contratos como um ativo.

Como arrendador

A Companhia não possui contratos em que figure como arrendadora, portanto não houve qualquer ajuste na contabilização dos seus ativos.

3.16 Ativos contingentes

Quando for provável a entrada de benefícios econômicos, a Companhia divulga breve descrição da natureza dos ativos contingentes na data do balanço e, quando praticável, uma estimativa dos seus efeitos financeiros, mensurada usando os princípios estabelecidos para as provisões.

PIS e COFINS - Efeitos da IN 1.911/19

A Companhia ingressou em junho de 2010 com Ação Judicial perante a Justiça Federal, mediante Mandado de Segurança, pleiteando o direito ao aproveitamento de créditos de PIS e COFINS sobre todos os gastos incorridos na geração da receita tributável da Companhia, ou, ao menos sobre aqueles gastos direta e indiretamente incorridos para a promoção das atividades produtivas da Companhia, afastando as vedações existentes na Lei 10.637/02 (PIS não-cumulativo) e Lei 10.833/03 (COFINS não-cumulativo) e aguarda o julgamento do referido MS.

No exercício de 2019, houve mudança no entendimento da SRF, publicado através da IN 1.911/19, que em resumo considera que os insumos essenciais e relevantes ao processo produtivo dariam direito ao crédito, momento em que passamos a nos creditar destes valores.

Para o período anterior a 2019 e até 2005, abrangidos pelo nosso MS que está suportado no entendimento dos conceitos de essencialidade e relevância previstos da IN 1.911/19, aguardamos o julgamento do MS de forma definitiva para efetuarmos o levantamento dos valores envolvidos e posterior registro do direito.

Ação judicial sobre exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS

Em maio de 2021, o Supremo Tribunal federal julgou os Embargos de Declaração opostos pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional no RE 574.706, e, por maioria, acolheu, em parte, os embargos de declaração para modular os efeitos do julgado a partir de 15/03/2017, fixando a seguinte tese com repercussão geral “*O ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS*”, ficando ressalvadas as ações judiciais e administrativas protocoladas até a data da sessão em que proferiu o julgamento (15/03/2017), sendo que, também, por maioria, prevaleceu o entendimento que se trata do ICMS destacado na nota fiscal.

A Companhia também discutiu judicialmente seu direito à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS, em Mandado de Segurança, para o qual teve o trânsito em julgado de forma favorável a seu pleito. A Administração, em conjunto com assessores internos e externos, através de Pedido de Habilitação de Crédito Decorrente de Decisão Judicial Transitada em Julgado, perante a SRF, obteve despacho de deferimento do Pedido de Habilitação, nos termos do artigo 103, incisos de I a V, da Instrução Normativa RFB nº 2.055/2021. Destaca-se que o mero deferimento do Pedido ora deferido, não se constitui em reconhecimento do direito creditório pleiteado ou homologação da compensação pretendida. Após o deferimento do Pedido de Habilitação, a Administração avalia com assessores externos a escrituração dos créditos, e a possibilidade de compensação com tributos federais administrados pela Receita Federal do Brasil.

No entanto, quando da operacionalização dos Pedidos de Restituição, avaliou-se que na totalidade dos períodos que compreenderam o direito adquirido, conforme o Mandado de Segurança, a Companhia apurou saldo credor de PIS e COFINS, de modo que, os advogados da causa aconselharam a tão somente escriturar os créditos objeto do Pedido de Habilitação - procedimento que foi realizado. A Companhia aguarda eventual mudança na legislação e a publicação das normativas relacionadas à Reforma Tributária, no que se refere à utilização de saldo credor nos livros fiscais.

Além disto, a Companhia está avaliando em conjunto com seus assessores jurídicos a possibilidade de discutir esta tese tributária mediante Ação Judicial, que envolve o ICMS contido na alíquota Ad Rem que tributa PIS e COFINS sobre venda de Etanol. Em março de 2025 a Companhia ingressou com Ação de Protesto Judicial Interruptivo de Prescrição referente ao Etanol Ad Rem.

3.17 Subvenção para investimentos

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas. A Companhia destina o valor dessa subvenção governamental até o limite do lucro líquido do exercício para a rubrica “Reserva para incentivos fiscais”. No caso de a Companhia apurar prejuízo no período ou o lucro líquido ser inferior à parcela decorrente de subvenções governamentais e, nesse caso, esta não puder ser destinada para a rubrica “Reserva para incentivos fiscais”, a transferência para a conta de “Reservas para incentivos fiscais” ocorrerá nos períodos subsequentes.

As subvenções e assistências governamentais tomadas pela Companhia estão divulgadas na nota 12(b) e nota 26(c-iv) das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de março de 2026.

3.18 Mudanças nas políticas contábeis materiais

A Companhia não teve quaisquer alterações em suas políticas contábeis em relação às aplicadas nas demonstrações financeiras em e para o exercício encerrado em 31 de março de 2026.

4 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo.

Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

(i) Os ativos biológicos e os respectivos produtos

Ativos biológicos devem ser reconhecidos ao valor justo menos as despesas estimadas de venda. A metodologia adotada pela Companhia, para satisfazer a exigência de cálculo nos ativos biológicos correspondentes a cana-de-açúcar em pé, foi de acordo com método de fluxo de caixa futuro descontado. O fluxo de caixa futuro descontado é efetuado considerando premissas como preço da tonelada de cana-de-açúcar, produtividade, custos de corte, carregamento e transporte, custo dos tratamentos culturais, custos de parceria, custo de capital, impostos, entre outros. A taxa de desconto utilizada para descontar o fluxo de caixa ao valor presente é calculada com base Custo Médio Ponderado de Capital – *WACC*.

(ii) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Estão classificados como outros passivos financeiros e estão contabilizados pelos seus custos amortizados. O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

(iii) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

5 Novas normas, alterações e interpretações de normas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de abril de 2026. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

a. CPC 51 Apresentação e divulgação das demonstrações contábeis

O CPC 51 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027 (no caso da Companhia 1º de abril de 2027). O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

- Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como “outros”.

b. Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

6 Caixa e equivalentes de caixa

	2026	2025
Caixa e bancos	396	182
Aplicações financeiras	<u>165.655</u>	<u>219.309</u>
	<u><u>166.051</u></u>	<u><u>219.491</u></u>

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos provenientes das contas de caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras da Companhia se referem a Certificado de Depósito Bancário e a remuneração varia entre 100% e 103% do CDI (em 31 de março de 2025 a remuneração variava entre 100% e 105% do CDI).

A exposição da Companhia a risco de taxas e análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentados na nota 24.

7 Contas a receber - Clientes

	2026	2025
Venda de cana (i)	39.922	33.951
Clientes diversos	<u>9.603</u>	<u>9.332</u>
	49.525	43.283
(-) Provisão para perdas esperadas	<u>(794)</u>	<u>(794)</u>
	<u><u>48.731</u></u>	<u><u>42.489</u></u>

- (i) Saldo a receber por venda de cana orgânica para a parte relacionada Usina São Francisco S.A. Vide nota 25(b).

A exposição da Companhia a risco de taxas e análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentados na nota 24.

Os saldos em aberto são realizáveis e não há expectativas de perdas acima do montante já provisionado.

	2026	2025
Saldo inicial	(794)	(794)
(-) Constituição / Reversão de provisão	-	-
	(794)	(794)

A análise de vencimentos dessas contas a receber está representada abaixo:

	2026	2025
A vencer		
até 30 dias	3.111	3.764
de 31 até 90 dias	40.436	34.304
de 91 até 180 dias	2.607	1.927
acima de 180 dias	1.897	1.819
	48.051	41.814
Vencidos		
até 30 dias	16	3
de 31 até 90 dias	98	95
de 91 até 180 dias	534	222
acima de 180 dias	826	1.149
	1.474	1.469
	49.525	43.283

8 Contas a receber – Cooperativa

Correspondem aos valores a receber das operações com a Cooperativa, em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST n° 66, de 05 de setembro de 1986, que dispõe sobre o momento da apropriação da receita operacional no caso de faturamento por ato cooperativo, de acordo com a produção da Companhia em relação às demais cooperadas.

A exposição da Companhia a risco de taxas e análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentados na nota 24.

9 Estoques

	2026	2025
Produtos acabados entregues à Cooperativa		
- Açúcar	15	133
- Cbios	1.218	2.280
Almoxarifado de materiais auxiliares, de manutenção e outros	15.896	19.747
	17.129	22.160

Os saldos de estoques são realizáveis e não há expectativas de perdas acima do montante já provisionado.

	2026	2025
Saldo inicial	(195)	(195)
(-) Constituição / Reversão de provisão	-	-
	(195)	(195)

10 Ativos biológicos

Os ativos biológicos de cana-de-açúcar são mensurados ao valor justo menos a despesa de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência.

	2026	2025
Saldo inicial	73.437	65.728
Aumento decorrente de tratos culturais	83.985	78.630
Diminuição decorrente da amortização	(73.437)	(65.728)
Mensuração no valor justo menos despesas estimadas de venda	(35.904)	(5.193)
Ativos biológicos no final do exercício	48.081	73.437

Para o atendimento do CPC 29 – Ativo biológico, a Companhia utilizou o cálculo do valor justo pelo método de fluxo de caixa futuro descontado nos ativos biológicos correspondentes a cana-de-açúcar em pé.

Lavouras de cana-de-açúcar

As áreas cultivadas representam apenas as plantas de cana-de-açúcar, sem considerar as terras em que estas lavouras se encontram. As seguintes premissas foram utilizadas na determinação do valor justo:

	2026	2025
Área estimada de colheita (hectares)	13.143	13.897
Produtividade prevista (tons de cana/hectares)	90,00	85,40
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg)	126,41	130,13
Valor médio do Kg de ATR	1,2590	1,3498
WACC (a.a.)	7,00%	7,04%

O volume de produção de cana-de-açúcar a ser cortada e a sua produtividade, medida em toneladas e nível de concentração de açúcar - ATR, foram estimados considerando a média de produtividade projetada do canavial por idade de corte.

O valor do Kg de ATR é estimado com base em dados divulgados pelo Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo (CONSECANA).

A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao custo médio de capital ponderado da Companhia, o qual é revisado anualmente pela Administração.

Os custos estimados para esse tipo de cultura contemplam: custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais) até a colheita; custos com Colheita/Corte, Transbordo e Transporte (CCTT); custos de capital (equivalentes a parceria agrícola, arrendamento de terras, aquisição de máquinas e equipamentos); e impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.

O cultivo de cana-de-açúcar é iniciado pelo plantio de mudas em terras próprias ou de terceiros e o primeiro corte ocorre após um período de 12 a 18 meses do plantio, quando a raiz ("soqueira") continua no solo. Após cada corte ou ano/safra, a soqueira tratada cresce novamente em média por mais cinco ou seis safras.

Os ativos biológicos correspondem aos produtos agrícolas em desenvolvimento (cana em pé) produzidos nas lavouras de cana-de-açúcar (planta de produção) e que serão utilizados como matéria-prima na produção de açúcar e etanol no momento da sua colheita.

As plantas de produção são classificadas no ativo imobilizado e não integram o valor justo dos ativos biológicos.

O valor justo do produto agrícola colhido é determinado pelas quantidades projetadas e valorizadas pela estimativa do preço da cana pelo método CONSECANA para a próxima safra.

O valor justo da cana-de-açúcar no momento da colheita passará a ser o custo da matéria-prima utilizada no processo produtivo de açúcar e etanol.

A Companhia está exposta a uma série de riscos relacionados às suas plantações:

Riscos de oferta e demanda

A Companhia está exposta aos riscos decorrentes das flutuações no preço e volume de vendas de açúcar e etanol produzidos a partir da cana-de-açúcar. A Companhia faz a gestão desses riscos, alinhando o seu volume de produção para o abastecimento do mercado e da procura. A gestão destes riscos é administrada diretamente pela Cooperativa, inclusive quanto a analisar a tendência regular do setor para garantir que as estratégias operacionais estão em linha com o mercado e assegurar que os volumes projetados de produção são coerentes com a demanda esperada.

Riscos climáticos e outros

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas ao risco de danos decorrentes das mudanças climáticas, pragas e doenças, incêndios florestais, disponibilidade de recursos hídricos e outras forças naturais. Importante informar que tais riscos, podem impactar em algumas premissas utilizadas para dimensionar o valor contábil do ativo biológico.

Em relação a outros riscos que podem impactar os negócios relativos ao ativo biológico, podemos citar positivamente o Renovabio (vide nota 1.3) e as condições mercadológicas de oferta e demanda do produto.

Neste sentido, a Companhia tem processos extensivos com recursos alocados para acompanhar e mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares da situação da lavoura de cana-de-açúcar e o acompanhamento constante das mudanças de mercado.

Análise de sensibilidade do valor justo

A Companhia avaliou o impacto sobre o valor justo do ativo biológico em 31 de março de 2026, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos das seguintes variáveis: (i) preço da tonelada de cana-de-açúcar, e (ii) volume de produção de cana-de-açúcar. As demais variáveis de cálculo permanecem inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% no preço da tonelada de cana resultaria em um aumento ou redução de R\$ 4.591 no valor justo do ativo biológico. Com relação ao volume de produção, uma variação (para mais ou para menos) de 5% resultaria em um aumento ou redução de R\$ 1.815 no valor justo do ativo biológico.

11 Adiantamentos a fornecedores

	2026	2025
Fornecedores de cana e parceria agrícola	103.100	110.696
Fornecedores diversos	985	3.322
	104.085	114.018

Os adiantamentos a fornecedores são para compra de cana-de-açúcar conforme previsões contratuais, com realização para a safra 2026/2027.

A cana de fornecedores parceiros, quando do seu recebimento, é atualizada pelo preço da tonelada de cana estabelecido pelo modelo definido no Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar do Estado de São Paulo – Consecana.

12 Impostos a recuperar

a. Impostos a recuperar

	2026	2025
ICMS – saldo credor corrente	17.220	12.846
ICMS sobre aquisição de bens do imobilizado	9.943	8.125
PIS e COFINS	19.058	21.571
IRRF	10.936	5.190
IPI	697	641
Outros	346	216
	58.200	48.589
Circulante	44.638	37.931
Não circulante	13.562	10.658

b. Imposto de renda e contribuição social saldo negativo

	2026	2025
IR / CS saldo negativo (i)	40.904	37.888
Circulante	36.060	37.888
Não circulante	4.844	-

- (i) Valor proveniente da recomposição da base de cálculo do IR/CS tendo como fundamento o disposto no art. 10 da Lei Complementar 160/17 em conjunto com Art. 30 da Lei 12.973/14, que basicamente dispõe que benefícios fiscais são considerados subvenções para investimentos, desde que atendidos os requisitos de regularidade e constituição da reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido, cujas condições foram devidamente observadas pela Companhia. Nesse exercício não houve recebimentos efetivos, em 31 de março de 2025 a Companhia obteve recebimentos efetivos no valor de R\$ 80.850 (principal + juros), havendo ainda saldo a receber.

13 Demais ativos

	2026	2025
Dividendos a receber (nota 25) (i)	7.337	10.120
Seguros a apropriar	4.001	3.354
Contas a receber equalização de ações Copersucar S/A	4.035	-
Outros	1.135	1.122
	16.508	14.596
Circulante	8.947	6.949
Não circulante	7.561	7.647

- (i) Compreendido substancialmente por dividendos a receber das controladas indiretas Vicenza Empreendimentos Imobiliários Ltda. e Vila Sicília Empreendimentos Imobiliários Ltda. a serem liquidados quando da disponibilidade de caixa da controlada, conforme deliberado em Ata de Assembleia de Sócios Quotistas realizada em 24 de julho de 2015.

14 Depósitos judiciais

	2026	2025
Verba indenizatória ação de preços (i)	229.684	206.838
Outros	9.319	9.306
	239.003	216.144

- (i) A Companhia efetuou depósitos judiciais tributários sobre verba indenizatória recebida, mediante ação judicial objetivando afastar as exigências do PIS, COFINS, IRPJ e CSLL. A provisão para contingência tributária pertinente ao depósito judicial está evidenciada na nota 23.

15 Ativos e passivos fiscais diferidos

A Companhia possui imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos sobre os seguintes valores base:

	2024	Reconhecidos no resultado	2025	Reconhecidos no resultado	2026
Ativo não circulante					
Prejuízos fiscais do imposto de renda	1.539	32.008	33.547	11.839	45.386
Base negativa da contribuição social	554	11.523	12.077	4.262	16.339
Provisão para contingências	510	-	510	-	510
Provisão para perdas esperadas	270	-	270	-	270
Provisão para estoques obsoletos	66	-	66	-	66
Arrendamento CPC 06	215	204	419	(152)	267
Ativo biológico - CPC 29	(1.456)	3.219	1.763	10.442	12.205
	1.698	46.954	48.652	26.391	75.043
Passivo não circulante					
Depreciação – ajuste por adoção CPC 27	(12.313)	152	(12.161)	559	(11.602)
Valor justo investimentos	(18.657)	(2.071)	(20.728)	(6.042)	(26.770)
Depreciação acelerada incentivada	(48.119)	(4.674)	(52.793)	(17.133)	(69.926)
	(79.089)	(6.593)	(85.682)	(22.616)	(108.298)
	(77.391)	40.361	(37.030)	3.775	(33.255)

Período estimado de realização dos créditos tributários

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconheceu no ativo não circulante, em contrapartida do resultado do exercício, o imposto de renda e a contribuição social correspondentes sobre os direitos por prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa da contribuição social.

A Companhia estima recuperar a totalidade dos créditos tributários no próximo exercício. As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas quando de sua elaboração. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas projeções.

16 Outras divulgações sobre o fluxo de caixa

a. Reconciliação da dívida líquida

	2026	2025
Empréstimos, financiamentos e financiamentos Cooperativa	145.423	87.667
Debêntures	92.119	87.280
Passivo de arrendamento	3.522	4.892
Aquisições de ações de acionistas (nota 22)	68.184	88.181
Total da dívida	309.248	268.020
Caixa e equivalente de caixa	(166.051)	(219.491)
Total da dívida líquida	143.197	48.529

	Empréstimos e financiamentos Cooperativa	Debêntures	Arrendamentos	Aquisições de ações	Total da dívida
Dívida em 31 de março de 2024	102.711	82.909	6.078	60.465	252.163
Movimentações que afetam o fluxo de caixa					
Aquisições/remensurações	18.166	-	-	35.230	53.396
Pagamentos - Principal	(33.736)	-	(1.956)	(12.228)	(47.920)
Pagamentos - Juros	(6.979)	(4.668)	-	-	(11.647)
Movimentações que não afetam o fluxo de caixa					
Aquisições/remensurações	-	-	595	-	595
Juros provisionados	7.505	9.039	175	-	16.719
Atualização de aquisições de ações	-	-	-	4.714	4.714
Dívida em 31 de março de 2025	87.667	87.280	4.892	88.181	268.020
Movimentações que afetam o fluxo de caixa					
Aquisições/remensurações	75.000	-	-	-	75.000
Pagamentos - Principal	(23.596)	-	(1.937)	(13.000)	(38.533)
Pagamentos - Juros	(12.027)	(5.149)	-	-	(17.176)
Movimentações que não afetam o fluxo de caixa					
Aquisições/remensurações	6.091	-	424	-	6.515
Juros provisionados	12.288	9.988	143	-	22.419
Atualização de aquisições de ações	-	-	-	(6.997)	(6.997)
Dívida em 31 de março de 2026	145.423	92.119	3.522	68.184	309.248

17 Investimentos

Nenhuma das companhias contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial tem suas ações negociadas em bolsa de valores.

	2026	2025
Controladas e coligadas	345.767	298.649
Adiantamento para futuro aumento de capital	3.082	3.903
Ágio de investimentos em controladas e coligadas (i)	8.614	8.614
Copersucar S. A.	66.147	71.210
CTC - Centro Tecnologia Canavieira S.A.	720	720
União São Paulo S.A.	268	268
Outros investimentos avaliados ao custo	<u>94</u>	<u>95</u>
	<u>424.692</u>	<u>383.459</u>

- (i) Ágio das empresas Usina Uberaba S.A., Agropecuária Iracema S.A. e Agropecuária Uberaba Ltda..

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresas controladas e coligadas:

	Usina Uberaba S.A.	Agropecuária Iracema S.A.	PHB Industrial S.A.	Vicenza Desenvolvimento Imobiliário Ltda.	Vicenza Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Vila Sicília Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Vila Messina Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Biowax S.A.	Biowax Tecnologia S.A.	Total
Capital Social integralizado 31 de março de 2026	819.547	73.362	111.077	6.936	69	3.018	16	-	10	1.014.035
Patrimônio Líquido em 31 de março de 2026	1.056.634	55.374	23.153	24.605	(318)	3.644	21.574	-	10	1.184.676
Resultado do exercício	39.297	(17.988)	(2.152)	17.445	(273)	453	17.558	-	-	54.340
Participação %	27,50%	61,8%	25,00%	61,77%	61,77%	61,77%	61,77%	70,00%	50,00%	
Saldo em 31 de março de 2024	270.375	29.237	4.112	-	1.962	2.794	10	-	5	308.495
Distribuição de dividendos	(7.092)	-	-	-	(2.592)	(1.212)	-	-	-	(10.896)
Aumento (redução) por incorporação (i)	-	-	-	4.285	(42)	(1.860)	88	-	-	2.471
Aumento de capital	-	-	1.100	-	-	-	-	-	-	1.100
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	(121)	-	-	-	-	-	-	(121)
Resultado de equivalência patrimonial	22.234	(25.253)	(268)	35	672	278	(98)	-	-	(2.400)
Saldo em 31 de março de 2025	285.517	3.984	4.823	4.320	-	-	-	-	5	298.649
Distribuição de dividendos	(5.750)	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.750)
Aumento de capital (ii)	-	41.333	1.700	-	-	-	-	-	-	43.033
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	(197)	-	-	-	-	-	-	(197)
Resultado de equivalência patrimonial	10.807	(11.116)	(538)	10.879	-	-	-	-	-	10.032
Saldo em 31 de março de 2026	290.574	34.201	5.788	15.199	-	-	-	-	5	345.767

- (i) Constituição da investida Vicenza Desenvolvimento Imobiliário Ltda. como atividade de *holding* sobre o ramo de empreendimentos imobiliários do Grupo Econômico Balbo, sendo suas investidas Vicenza Empreendimentos Imobiliários Ltda., Vila Sicília Empreendimentos Imobiliários Ltda. e Vila Messina Empreendimentos Imobiliários Ltda; e
- (ii) Aumento de capital na investida Agropecuária Iracema S.A. com saldo de adiantamentos a fornecedores no montante de R\$ 41.333 e na investida PHB Industrial S.A. com recursos enviados à título de adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$ 1.700.

Os registros contábeis das investidas e os saldos do patrimônio líquido e resultado do exercício correspondem aos seguintes saldos:

Entidades	Ativos		Passivos		Patrimônio líquido	Resultado	Receitas	Custos e despesas
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante				
Usina Uberaba S.A. (Consolidado)	663.506	1.203.141	(199.904)	(610.109)	(1.056.634)	39.297	824.695	(785.398)
Agropecuária Iracema S.A.	13.799	77.859	(36.284)	-	(55.374)	(17.988)	5.896	(23.884)
PHB Industrial S.A.	2.438	25.146	(281)	(4.150)	(23.153)	(2.152)	2.947	(5.099)
Vicenza Desenvolvimento Imobiliário Ltda.	17.738	23.617	(3.097)	(13.653)	(24.605)	17.445	22.952	(5.507)
	697.481	1.329.763	(239.566)	(627.912)	(1.159.766)	36.602	856.490	(819.888)

18 Imobilizado

	Edifícios e construções	Maquinismo, instalações e equipamentos	Veículos	Máquinas e implementos agrícolas	Móveis e utensílios	Manutenção de máquinas e equipamentos	Terras	Outros	Obras em andamento	Lavoura de cana-de-açúcar	Adiantamento a fornecedores	Total
Saldo em 31 de março de 2024	25.494	80.887	23.642	36.906	636	55.819	109	23.807	56.912	130.624	498	435.334
Adições	5	1.533	311	1.668	196	62.561	-	6.571	66.999	55.190	1.504	196.538
Alienações	(5)	(11)	(225)	-	-	-	-	(4)	-	-	(498)	(743)
Transferências	10.873	6.981	9.008	411	57	-	-	162	(27.491)	(1)	-	-
Apropriação de gastos de entressafra	-	-	-	-	-	(54.424)	-	-	-	-	-	(54.424)
Depreciação	(1.655)	(9.741)	(4.153)	(6.084)	(142)	-	-	(2.408)	-	(27.338)	-	(51.521)
Saldo em 31 de março de 2025	<u>34.712</u>	<u>79.649</u>	<u>28.583</u>	<u>32.901</u>	<u>747</u>	<u>63.956</u>	<u>109</u>	<u>28.128</u>	<u>96.420</u>	<u>158.475</u>	<u>1.504</u>	<u>525.184</u>
Custo total	57.532	229.238	69.824	71.073	3.329	644.209	109	49.217	96.420	392.337	1.504	1.614.792
Depreciação acumulada	(22.820)	(149.589)	(41.241)	(38.172)	(2.582)	(580.253)	-	(21.089)	-	(233.862)	-	(1.089.608)
Valor residual	<u>34.712</u>	<u>79.649</u>	<u>28.583</u>	<u>32.901</u>	<u>747</u>	<u>63.956</u>	<u>109</u>	<u>28.128</u>	<u>96.420</u>	<u>158.475</u>	<u>1.504</u>	<u>525.184</u>
Saldo em 31 de março de 2025	34.712	79.649	28.583	32.901	747	63.956	109	28.128	96.420	158.475	1.504	525.184
Adições	-	1.379	586	2.060	370	80.224	-	4.290	52.402	81.845	7.289	230.445
Alienações	-	(22)	(46)	(633)	(2)	-	-	-	-	-	(1.504)	(2.207)
Transferências	11.816	30.077	5.558	8.560	330	-	-	3.741	(60.082)	-	-	-
Apropriação de gastos de entressafra	-	-	-	-	-	(77.955)	-	-	-	-	-	(77.955)
Depreciação	(2.281)	(11.260)	(5.401)	(7.176)	(201)	-	-	(2.392)	-	(30.907)	-	(59.618)
Saldo em 31 de março de 2026	<u>44.247</u>	<u>99.823</u>	<u>29.280</u>	<u>35.712</u>	<u>1.244</u>	<u>66.225</u>	<u>109</u>	<u>33.767</u>	<u>88.740</u>	<u>209.413</u>	<u>7.289</u>	<u>615.849</u>
Custo total	69.348	260.672	75.922	81.060	4.027	724.433	109	57.248	88.740	474.182	7.289	1.843.030
Depreciação acumulada	(25.101)	(160.849)	(46.642)	(45.348)	(2.783)	(658.208)	-	(23.481)	-	(264.769)	-	(1.227.181)
Valor residual	<u>44.247</u>	<u>99.823</u>	<u>29.280</u>	<u>35.712</u>	<u>1.244</u>	<u>66.225</u>	<u>109</u>	<u>33.767</u>	<u>88.740</u>	<u>209.413</u>	<u>7.289</u>	<u>615.849</u>

Obras em andamento

Refere-se substancialmente a investimentos de reparo e melhoria em geral, no parque industrial na atividade agrícola e administrativa, como: i) melhoria na fábrica de açúcar para ganho na eficiência da produção; ii) projeto de ampliação da produção de levedura; iii) construção de unidade de produção de bioinsumos para controle de pragas; iv) aquisição de colhedoras de cana-de-açúcar, caminhões, tratores, escavadeiras, entre outros, os quais entrarão em operação a partir da Safra 26/27.

Valor recuperável do ativo imobilizado

Durante os exercícios encerrados em 31 de março de 2026 e 2025 não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação.

Garantia

Em 31 de março de 2026, bens do ativo imobilizado com valor contábil de R\$ 19.344 (R\$ 14.978 em 31 de março de 2025) estão sujeitos a uma fiança registrada para garantir financiamentos bancários (Finame).

Depreciação

A projeção das vidas úteis dos bens constantes do ativo imobilizado da Companhia foi estimada por empresa especializada, contratada para este fim, com experiência e competência profissional, objetividade e conhecimento técnico dos bens avaliados. Para a realização deste trabalho consideraram informações a respeito da utilização dos bens avaliados, mudanças tecnológicas ocorridas e em curso e ambiente econômico em que operam. Para o exercício encerrado em 31 de março de 2026, a avaliação da vida útil foi revisada internamente pela Administração, com base no laudo dos especialistas, considerando o planejamento e peculiaridades dos negócios da Companhia. A vida útil estimada dos bens registrados no ativo imobilizado não teve mudanças significativas e está evidenciada na nota 3.5 (iii).

19 Fornecedores

	2026	2025
Fornecedores de cana-de-açúcar	17.798	24.801
Fornecedores diversos	<u>25.386</u>	<u>24.786</u>
	<u>43.184</u>	<u>49.587</u>

A exposição da Companhia a riscos de moeda e liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores e demais passivos é divulgada na nota 24.

20 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a risco de taxas de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja nota 24.

a. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Moeda	Vencimento	Taxa de juros	2026	2025
Notas de crédito exportação (NCE)	R\$	01/2027	Juros de 1,68% a 1,99% a.a. mais CDI	13.448	32.089
Cédula de crédito bancário (CCB)	R\$	01/2027	Juros pré-fixados de 6,25% a.a.	424	797
Finame	R\$	08/2028	Juros pré-fixados entre 4% a 11,39% a.a.	23.079	17.719
Finame	R\$	12/2029	Juros de 3% a.a. mais Selic	6.401	7.054
Finame	R\$	11/2028	Juros de 4,61% a.a. mais TLP	717	988
Custeio	R\$	04/2025	Juros pré-fixados de 6% a.a.	-	930
Cédula de Produtor Rural (CPR)	R\$	01/2027	Juros de 0,89% a 2,33% a.a. mais CDI	76.550	2.744
				120.619	62.321
Circulante				21.060	26.416
Não circulante				99.559	35.905

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

	2026	2025
Safra 25/26	-	20.897
Safra 26/27	24.707	5.198
Safra 27/28	24.618	5.109
Safra 28/29	24.209	4.701
Safra 29/30 a 32/33	26.025	-
	99.559	35.905

A Companhia possui algumas obrigações contratuais em vigor (“*covenants*”) decorrentes dos financiamentos como limites de endividamento, geração de caixa, performance financeira e outros.

Garantias

Para os empréstimos tomados pela Companhia são concedidos como garantias aval de Companhias coligadas e controladas e os bens adquiridos com os recursos. Veja nota 18.

b. Financiamentos – Cooperativa

Correspondem a recursos repassados pela Cooperativa, com a seguinte composição:

	2026	2025
Repasse de recursos (Selic)	11.100	11.100
Adiantamentos - Cooperativa - Sem correção	13.704	14.246
	24.804	25.346

c. Debêntures

Modalidade	Moeda	Vencimento	Taxa de juros	2026	2025
Debêntures (i)	R\$	08/2028	Juros de 5,55% a.a. mais IPCA	92.119	87.280
Circulante				1.320	22.210
Não circulante				90.799	65.070

- (i) Em 20 de agosto de 2021, foi celebrado o Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, pela Companhia. A emissão foi realizada no montante total de R\$ 70.000 remunerada a IPCA + 5,55% a.a. A emissão foi realizada nos termos da Lei nº 6.404 e Instrução CVM 476, dispensando o registro de oferta pela CVM e Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (“ANBIMA”). As debêntures terão prazo de liquidação de 7 anos, contados da data de emissão que para todos os fins legais é 15 de agosto de 2021, portanto, vencimento em 15 de agosto de 2028, sendo as parcelas amortizadas anualmente, com o primeiro vencimento em 15 de agosto de 2025. Os juros remuneratórios são pagos semestralmente, com o primeiro vencimento em 15 de fevereiro de 2022. A operação está indexada a DI+ 1,50% a.a. via contrato de *Swap*.

21 Passivos de arrendamento e direito de uso

Os resultados apurados relativos ao direito de uso e passivo de arrendamento, os prazos contratuais e taxas incrementais de desconto utilizadas, estão adiante descritos:

Ativo de direito de uso

A movimentação de saldos do ativo de direito de uso é evidenciada abaixo:

	2026	2025
Saldos iniciais	4.855	5.443
Ajuste por remensuração	424	595
Despesa de depreciação	(1.348)	(1.183)
Saldos finais	<u>3.931</u>	<u>4.855</u>

Passivos de arrendamento

As movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro abaixo:

	2026	2025
Saldos iniciais	4.892	6.078
Ajuste por remensuração	424	595
Pagamentos	(1.937)	(1.956)
Juros provisionados	143	175
Saldos finais	<u>3.522</u>	<u>4.892</u>
Circulante	1.407	1.461
Não circulante	2.115	3.431

Divulgações adicionais

A Companhia estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas levando em consideração os prazos dos contratos.

Contratos por prazo e taxas de desconto

Prazos	Taxa % a.a.
02 anos	5,56%
03 anos	5,79%
04 anos	5,92%

A Companhia apresenta, no quadro abaixo, a análise de seus contratos com base nas datas de vencimento. Os valores estão apresentados com base nas prestações não descontadas:

Maturidade dos contratos

Ano safra	2026	2025
Safra 2025/2026	-	1.461
Safra 2026/2027	1.407	1.461
Safra 2027/2028	1.407	1.461
Safra 2028/2029 em diante	<u>881</u>	<u>881</u>
Valores não descontados	3.695	5.264
Ajuste a valor presente	<u>(173)</u>	<u>(372)</u>
Saldos finais	<u><u>3.522</u></u>	<u><u>4.892</u></u>

22 Demais passivos

	2026	2025
Dividendos a pagar (nota 25)	810	1.336
Adiantamento de clientes	44	80
Aquisição de ações de acionistas (i)	68.184	88.181
Outros	<u>930</u>	<u>769</u>
	<u>69.968</u>	<u>90.366</u>
Circulante	13.573	15.184
Não circulante	56.395	75.182

- (i) Aquisição de ações de acionistas: Por se tratar de instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos, as ações em tesouraria são reconhecidas ao custo de aquisição e reconhecidos em conta redutora do Patrimônio Líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento de instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Em conexão com a “Política de Aquisição de Ações de Acionistas da Usina Santo Antônio S.A. e Usina São Francisco S.A. – Grupo Econômico Balbo”, aprovada por acionistas em 01 de fevereiro de 2019, a Companhia adquiriu até exercício findo em 31 de março de 2026, ações de alguns acionistas (ações em tesouraria), cujo montante a ser liquidado até 2031 é de R\$ 68.184. Os valores são indexados pela variação do ATR Consecana divulgado ao final de cada safra. Novas transações poderão ocorrer no futuro à medida que haja interesse dos acionistas em vender suas ações para a Companhia nos termos definido na política de compra.

23 Provisão para contingências

	2026	2025
Trabalhistas	1.009	1.009
Tributárias (i)	229.684	206.839
Cíveis	4	4
Ambientais	<u>487</u>	<u>487</u>
	<u><u>231.184</u></u>	<u><u>208.339</u></u>

- (i) Refere-se a provisão para contingências de natureza tributária relacionada aos depósitos judiciais sobre verba indenizatória recebida (nota 14).

	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Ambientais	Total
Em 31 de março de 2024	1.009	164.598	4	487	166.098
Constituição de provisão	<u>-</u>	<u>42.241</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>42.241</u>
Em 31 de março de 2025	1.009	206.839	4	487	208.339
Constituição de provisão	<u>-</u>	<u>22.845</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>22.845</u>
Em 31 de março de 2026	<u><u>1.009</u></u>	<u><u>229.684</u></u>	<u><u>4</u></u>	<u><u>487</u></u>	<u><u>231.184</u></u>

Passivos contingentes

Existem contingências passivas tributárias, cíveis, ambientais e trabalhistas avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível sem mensuração com suficiente segurança, para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Seguem os valores das contingências que foram consideradas pelos assessores jurídicos como possível o risco de perda:

	Trabalhistas	Tributárias / Previdenciárias	Cíveis	Ambientais	Totais
Saldo em 31 de março de 2025	3.745	48.109	4.299	1.266	57.419
Saldo em 31 de março de 2026	3.966	44.667	5.954	1.132	55.719

24 Instrumentos financeiros

Gerenciamento de risco financeiro

Visão geral

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de risco e gerenciamento do capital da Companhia.

Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos ao qual a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de treinamento, procedimentos de gestão e procedimentos busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentado abaixo. A gestão do risco de crédito da Companhia em relação a clientes, no que pertence ao negócio açúcar e etanol convencional é centrada no relacionamento formalizado com suas controladas e com a Cooperativa.

De forma geral, os direcionamentos dos negócios são tratados em reuniões da alta direção para tomadas de decisões, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Ativos	Nota	2026	2025
Caixa e equivalentes de caixa	6	166.051	219.491
Contas a receber - Clientes	7	48.731	42.489
Contas a receber - Cooperativa	8	105.381	121.800
Demais ativos	13	16.508	14.596
Instrumentos financeiros derivativos	24	<u>470</u>	<u>10.584</u>
		<u>337.141</u>	<u>408.960</u>

Os saldos apresentados acima não apresentam uma concentração significativa, que possam deixar o risco de crédito significativo.

Os saldos de Caixa e equivalentes de caixa são mantidos em instituições financeiras de primeira linha, conforme demonstrado na nota 6.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração de liquidez é de garantir que sempre haja a liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia trabalha alinhando disponibilidade e geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	2026			
	Até 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos				
Fornecedores	43.184	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	32.576	71.911	60.852	-
Financiamentos – Cooperativa	-	24.804	-	-
Debêntures	7.588	16.707	139.079	-
Passivos de arrendamento	1.407	1.407	881	-
Demais passivos	<u>13.529</u>	<u>23.580</u>	<u>26.293</u>	<u>6.522</u>
	<u>98.284</u>	<u>138.409</u>	<u>227.105</u>	<u>6.522</u>

	2025			
	Até 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos				
Fornecedores	49.587	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	29.401	31.672	13.316	-
Financiamentos – Cooperativa	-	25.346	-	-
Debêntures	26.152	52.709	26.853	-
Passivos de arrendamento	1.461	1.461	2.342	-
Demais passivos	15.105	15.212	23.207	36.762
	<u>121.706</u>	<u>126.400</u>	<u>65.718</u>	<u>36.762</u>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Os saldos passivos de curto prazo serão liquidados com os saldos ativos de curto prazo e pela geração de caixa da Companhia durante o exercício.

Classificação dos instrumentos financeiros

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas na demonstração financeira da Companhia, conforme quadros abaixo:

	2026		
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Valor justo Nível 2
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	396	165.655	165.655
Contas a receber - Clientes	48.731	-	-
Contas a receber - Cooperativa	105.381	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	470	470
Demais ativos	16.508	-	-
	<u>171.016</u>	<u>166.125</u>	<u>166.125</u>
Passivos			
Fornecedores	43.184	-	-
Empréstimos e financiamentos	120.619	-	120.059
Financiamentos - Cooperativa	24.804	-	-
Debêntures	92.119	-	95.102
Passivos de arrendamento	-	3.522	-
Demais passivos	69.924	-	-
	<u>350.650</u>	<u>3.522</u>	<u>215.161</u>

	2025		
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Valor justo Nível 2
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	182	219.309	219.309
Contas a receber - Clientes	42.489	-	-
Contas a receber - Cooperativa	121.800	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	10.584	10.584
Demais ativos	14.596	-	-
	<u>179.067</u>	<u>229.893</u>	<u>229.893</u>
Passivos			
Fornecedores	49.587	-	-
Empréstimos e financiamentos	62.321	-	49.667
Financiamentos - Cooperativa	25.346	-	-
Debêntures	87.280	-	82.934
Passivos de arrendamento	-	4.892	-
Demais passivos	90.287	-	-
	<u>314.821</u>	<u>4.892</u>	<u>132.601</u>

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a. Risco de volatilidade no preço de seus produtos

A Companhia está exposta ao risco de mudanças nos preços de seus produtos fabricados, como açúcar e etanol, convencionais e orgânicos. Em relação a *comodities* de açúcar, dada as condições de mercado (preço / oferta), a Companhia pré-fixou o equivalente 2,50% da estimativa de produção da safra 26/27. Em relação à safra 27/28, não realizou fixações e, mantém constante monitoramento das variações de preços que estão ocorrendo no mercado interno e externo para eventual proteção do valor de seu produto. Em relação ao etanol, a Companhia vem acompanhando os preços no mercado interno e projeta sua recuperação ao longo da safra 26/27.

b. Perfil

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	Valor contábil	
	2026	2025
Instrumentos de taxa fixa		
Passivos financeiros	23.503	19.446
Instrumentos de taxa variável		
Ativos financeiros	165.655	219.309
Passivos financeiros	200.335	141.255

c. Risco de taxa de juros e análise de sensibilidade

A Companhia está exposta a risco de taxa de juros pós-fixadas, tanto para suas aplicações financeiras como para suas operações de empréstimos e financiamentos e debêntures.

O valor contábil dos ativos e passivos financeiros representam a exposição máxima do risco de taxa de juros. A exposição máxima do risco de taxa de juros, na data das demonstrações financeiras são:

	Nota	2026	2025
Ativo			
Aplicações financeiras	6	165.655	219.309
Instrumentos financeiros derivativos ativo	24	470	10.584
Passivo			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	20	(200.335)	(141.255)

Com base no saldo das aplicações financeiras, de empréstimos, financiamentos e debêntures, efetuamos uma análise de sensibilidade de exposição de taxa de juros e de câmbio, de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio líquido e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados a seguir.

O cenário corresponde ao considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras.

	Exposição 2026	Risco	%	Provável Valor
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras	165.655	CDI	14,94%	24.754
Total dos ativos financeiros	165.655			24.754
Passivos financeiros				
Financiamentos - Finame	(717)	TLP	8,94%	(64)
Financiamentos - Finame	(6.401)	SELIC	17,65%	(1.130)
Financiamentos - Cooperativa	(11.100)	SELIC	14,75%	(1.637)
Financiamentos – NCE/CPRF	(89.998)	CDI	15,85%	(14.265)
Financiamentos – Debêntures	(92.119)	IPCA	12,48%	(11.497)
Financiamentos – Derivativos	470	CDI	15,86%	75
Total dos passivos financeiros	(199.865)			(28.518)
Impacto no resultado e no patrimônio líquido				(3.764)

Fontes: As informações da Selic, TLP, CDI e IPCA foram extraídas dos sites do BNDES, B3, Anbima e Banco Central do Brasil.

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de março de 2026 o valor de referência (*notional*) dos contratos de *swap* de taxa de juros correspondiam a R\$ 92.119 (R\$ 87.280 em 31 de março de 2025).

Os instrumentos financeiros derivativos (swaps) contratados têm o objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira de troca da exposição de taxa pré-fixada para taxa CDI flutuante mais spread. Além desta proteção, essa estrutura permite uma otimização do custo de captação.

Em 31 de março de 2026, os valores de referência dos instrumentos derivativos de *swaps* correspondiam a um direito de R\$ 470 (em 31 de março de 2025 correspondiam a um direito de R\$ 10.584). Logo, o valor de referência líquido dos contratos de empréstimos que possuem instrumentos de *swaps* vinculados correspondia, em 31 de março de 2026, ao valor de R\$ 91.649 (em 31 de março de 2025 correspondia a R\$ 76.696).

	2026		2025	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Contratos <i>SWAP</i>	470	-	10.584	-
	470	-	10.584	-

O resultado apurado com os instrumentos financeiros derivativos e contratos de *swaps*, durante o exercício foi uma despesa de R\$ 4.210 (em 31 de março de 2025 correspondia a uma despesa de R\$ 2.642) – nota 31.

Gerenciamento do capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A política da diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

A diretoria monitora os retornos sobre capital com base no índice de alavancagem financeira, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo capital total.

A diretoria também monitora o nível de dividendos para acionistas considerando a posição do endividamento líquido da empresa.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de março de 2026 e 2025 podem ser assim sumarizados:

	2026	2025
(+) Empréstimos e financiamentos Cooperativa	145.423	87.667
(+) Debêntures	92.119	87.280
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(166.051)	(219.491)
(+/-) Instrumentos financeiros derivativos	(470)	(10.584)
(=) Dívida líquida (A)	71.021	(55.128)
Total do patrimônio líquido (B)	1.242.876	1.243.549
Total do capital (A + B)	1.313.897	1.188.421
Índice de alavancagem financeira - % (A) / (A+B)	5	(5)

Classificações contábeis e valores justos

Valor justo versus valor contábil

Para todas as operações apresentadas como ativos e passivos financeiros, a Administração da Companhia considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, não gerando grandes oscilações entre eles.

Impairment de ativos financeiros

Todos os ativos financeiros da Companhia não apresentam indicadores de perda do valor recuperável.

Garantias

Para os empréstimos tomados pela Companhia são concedidos como garantias aval de Companhias coligadas e controladas e os bens adquiridos com os recursos.

25 Partes relacionadas

a. Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração da Companhia é composto pela diretoria eleita por ocasião da Assembleia Geral Ordinária com mandato de três anos. O montante referente à remuneração do pessoal-chave da Administração durante o exercício a título de benefícios de curto prazo foi de R\$ 7.802 (R\$ 8.558 em 31 de março de 2025). A Companhia não concede ao pessoal chave da Administração benefícios com características de longo prazo.

b. Outras operações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas compreendem transações financeiras, adiantamentos para futuro aumento de capital, compra de ações entre as companhias relacionadas e compra e venda de produtos, como cana-de-açúcar e outros, realizadas em condições específicas definidas em contrato entre as partes.

	2026	2025
Ativo circulante		
Contas a receber		
Usina São Francisco S.A.	41.464	35.641
Usina Uberaba S.A.	1.068	1.362
Adiantamento a fornecedores de cana		
Agropecuária Iracema Ltda.	18.193	38.797
Dividendos a receber		
Agropecuária Iracema Ltda.	2	2.640
Usina Uberaba S.A.	54	111
	60.781	78.551
Ativo não circulante		
Dividendos a receber		
Vila Sicília Empreendimentos Imobiliários Ltda.	3.052	3.140
Vicenza Empreendimentos Imobiliários Ltda.	4.229	4.229
Adiantamento para futuro aumento de capital		
PHB Industrial S.A.	1.038	2.050
Vicenza Desenvolvimento Imobiliário Ltda.	191	-
Demais ativos		
Vila Messina Empreendimentos Imobiliários Ltda.	1.853	1.853
	10.363	11.272

	2026	2025
Passivo circulante		
Fornecimento de cana-de-açúcar		
Acionistas	1.331	3.237
Dividendos a pagar		
Dividendos a pagar	810	1.336
Adiantamento para futuro aumento de capital		
Acionistas	707	707
Aquisição de ações de acionistas		
Acionistas	11.790	12.999
Demais contas a pagar		
Usina São Francisco S.A.	3	-
Usina Uberaba S.A.	-	315
	<u>14.641</u>	<u>18.594</u>
Passivo não circulante		
Aquisição de ações de acionistas		
Acionistas	<u>56.394</u>	<u>75.182</u>
	2026	2025
Venda de cana-de-açúcar e outras		
Usina São Francisco S.A.	90.757	80.800
Usina Uberaba S.A.	13.245	10.962
Agropecuária Iracema Ltda.	41	41
	<u>104.043</u>	<u>91.803</u>
	2026	2025
Compra de energia, cana-de-açúcar e outras		
Usina São Francisco S.A.	4.682	10.975
Agropecuária Iracema Ltda.	2.794	3.114
Usina Uberaba S.A.	2	508
Cana-de-açúcar partes relacionadas	11.633	12.322
	<u>19.111</u>	<u>26.919</u>

c. Contrato de fornecimento

A Companhia possui contrato de exclusividade de fornecimento de açúcar e etanol junto a Cooperativa, pelo prazo de três anos safras, sendo o contrato renovado a cada safra.

A Companhia também é interveniente garantidora das operações de venda de açúcar e etanol correspondentes ao contrato firmado pela Cooperativa junto a Copersucar S.A., o qual tem caráter de exclusividade, assegurando diretamente e indiretamente, benefícios e vantagens financeiras e mercadológicas. Os fatores de risco de preço desse contrato são os indicadores CEPEA/ESALQ para os mercados interno e externo.

A Companhia possui ainda contrato de exclusividade de fornecimento de cana-de-açúcar orgânica, junto a Usina São Francisco S.A., com prazo até a safra 2027/2028, realizado em condições específicas definidas em contrato entre as partes.

Vide demais operações com a parte relacionada Cooperativa nas notas 30 e 31.

d. Avais, fianças e garantias

A Companhia é avalista dos contratos de empréstimos da Usina São Francisco S.A. e Usina Uberaba S.A.

26 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de março de 2026 e 2025, o capital social está representado por 2.069.527 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em 25 de julho de 2025 foi proposto e aprovado a integralização e o aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 101.483, decorrente de deliberação assemblear.

Em 26 de julho de 2024 foi proposto e aprovado a integralização e o aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 205.296, decorrente de deliberação assemblear.

b. Ações em tesouraria

Até o exercício encerrado em 31 de março de 2026 foram adquiridas 293.765 ações da Companhia, de acordo com a “Política de Aquisição de Ações de Acionistas da Usina Santo Antônio S.A. e Usina São Francisco S.A. – Grupo Econômico Balbo” (Nota 22).

c. Reservas

(i) Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

(ii) Reserva de lucros para aquisição de ações

Constituída com o objetivo de formação de valor para utilização em eventual compra de ações de acionistas da sociedade, em conexão com a “Política de Aquisição de Ações de Acionistas da Usina Santo Antônio S.A. e Usina São Francisco S.A. – Grupo Econômico Balbo”, aprovada por acionistas em 01 de fevereiro de 2019. Durante o exercício encerrado em 31 de março de 2026 e 2025 não foram feitas reservas de lucros para aquisição de ações (Nota 22)

(iii) Reserva reflexa de investida

Subvenções governamentais relativas ao ICMS incidente sobre as vendas da investida Usina Uberaba S.A.

(iv) Reserva de incentivos fiscais

O montante desta rubrica refere-se aos incentivos fiscais classificados como subvenção para investimentos, também descritos na nota 12 (b), constituídos em atenção aos comandos do artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações e artigo 30 da Lei 12.973/14. Tal reserva é constituída observado o limite do lucro contábil acumulado no período e somente poderá ser utilizada para: i) absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais Reservas de Lucros, com exceção da Reserva Legal; ou ii) aumento do capital social. No período findo em 31 de março de 2026 e 2025, a Companhia não constituiu reserva para incentivos fiscais.

d. Dividendos e distribuição dos lucros acumulados

Os acionistas têm direito a um dividendo obrigatório de 0,5% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

Em assembleia dos acionistas realizada em 25 de julho de 2025 não foi deliberada distribuição de dividendos aos acionistas e na assembleia em 26 de julho de 2024, foi deliberado R\$ 18.581.

A distribuição proposta pela Administração para os lucros acumulados está determinada como segue:

	2026	2025
Base de cálculo - representada pelo resultado do exercício	(673)	107.389
(-) Absorção do prejuízo do exercício com reserva de lucros	673	-
(-) Reserva legal – 5%	-	(5.369)
(-) Dividendos obrigatórios – 0,5%	-	(537)
	-	(537)
Resultado à disposição da Assembleia Geral	-	101.483

27 Receita operacional líquida

As receitas operacionais da Companhia são compostas pela venda de açúcar, etanol, derivados de levedura para o mercado interno e externo e cana-de-açúcar.

Abaixo é reproduzida a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	2026	2025
Açúcar	414.906	515.293
Etanol	364.675	389.809
Cbios	5.450	9.763
Derivados de levedura	15.974	19.484
Receita de cana-de-açúcar	70.678	73.112
Serviços prestados	19.450	16.237
Energia elétrica	22.706	12.661
Óleo diesel	25.673	28.190
Outras vendas	4.855	5.493
	944.367	1.070.042
Receita bruta	944.367	1.070.042
(-) Impostos sobre vendas	(50.577)	(59.787)
(-) Devoluções e abatimentos	(1)	-
	893.789	1.010.255

28 Custos de produção

O custo de produção da Companhia é composto substancialmente por matéria prima (cana-de-açúcar), depreciação de máquinas e equipamentos, depreciação da lavoura, amortização de tratos culturais e de manutenção entressafra, mão de obra, combustíveis e lubrificantes, serviços de terceiros, materiais de manutenção, produtos químicos e insumos, as quais, em conjunto, perfazem aproximadamente 99% do total do custo de produção dos produtos acabados da Companhia.

29 Despesas operacionais por natureza

	2026	2025
Despesa com pessoal	(28.065)	(27.809)
Depreciação e amortização	(1.331)	(1.171)
Despesa com comercialização exceto fretes, transbordos e armazenagens	(2.411)	(4.939)
Fretes, transportes e armazenagem - Cooperativa	(31.361)	(25.996)
Serviços de terceiros pessoa jurídica	(13.242)	(13.056)
Demandas trabalhistas, cíveis e tributárias	(1.441)	(2.834)
Outras despesas	(6.455)	(7.580)
	(84.306)	(83.385)
Reconciliação com as despesas operacionais classificadas por função		
Vendas	(35.034)	(32.799)
Administrativas e gerais	(49.272)	(50.586)
	(84.306)	(83.385)

30 Outras despesas e receitas operacionais, líquidas

	2026	2025
Outras receitas operacionais		
Outras receitas operacionais - Cooperativa	2.815	667
Reembolso de sinistros	256	850
Valor recebido na alienação de ativo imobilizado	416	1.600
Dividendos	190	207
Ganho por variação patrimonial em investida (i)	17.573	5.974
Cbros a negociar	-	3.801
Outras receitas operacionais	4.405	2.500
	25.655	15.599
Outras despesas operacionais		
Outras despesas operacionais - Cooperativa	(6.635)	(5.349)
Custo na alienação de imobilizado	(703)	(245)
Outras despesas operacionais	(3.142)	(2.000)
	(10.480)	(7.594)
	15.175	8.005

- (i) O saldo refere-se substancialmente ao resultado reconhecido pela Companhia em função da variação do patrimônio líquido da investida Copersucar S.A., refletindo o ajuste a valor justo da participação societária no período.

31 Despesas financeiras e cambiais, líquidas

	2026	2025
Receitas financeiras		
Operações Cooperativa – PN 66	1.689	529
Juros aplicações financeiras	18.094	21.811
Atualização depósitos judiciais	22.847	42.241
Atualização de aquisição de ações	6.997	-
Juros demais operações e descontos financeiros	3.992	6.706
	53.619	71.287
Despesas financeiras		
Operações Cooperativa – PN 66	(900)	(1.609)
Juros apropriados sobre financiamentos	(22.276)	(16.538)
Juros passivos de arrendamento	(143)	(175)
Atualização de aquisição de ações	-	(4.714)
Atualização provisão para contingências	(22.846)	(42.241)
Juros demais operações	(2.474)	(884)
Resultado negativo instrumentos derivativos	(4.210)	(2.642)
	(52.849)	(68.803)
Variação cambial		
Variação cambial, líquida	(5)	1
	765	2.485

32 Compromissos

A Companhia estabelece compromissos diversos no curso normal de suas atividades. Abaixo estão aqueles que merecem destaque:

Compromisso de venda

Na data das demonstrações financeiras a Companhia tem o compromisso de comercialização para safras futuras, de açúcar, etanol, levedura e energia elétrica. Em 31 de março de 2026, o volume desses compromissos totaliza aproximadamente 119.544 metros cúbicos de etanol, 195.996 toneladas de açúcar e 420.000 toneladas de cana de açúcar, a serem cumpridos até 31 de março de 2027.

Compras de insumos

A Companhia constantemente celebra contratos de compra para aquisição de insumos agrícolas com o objetivo de garantir a entrega destes para utilização na manutenção de sua lavoura ao longo da safra. Referida operação geralmente é realizada por meio de compra para entrega futura. Até a data da emissão da demonstração financeira havia R\$ 3.550 compras firmadas de insumos agrícolas, como fertilizante, corretivo e adubo, entre outros para a safra 26/27 e negociações com fornecedores em andamento.

Compras de cana-de-açúcar

A Companhia possui diversos compromissos de compra de cana-de-açúcar com terceiros para garantir parte de sua produção para os próximos períodos de colheita. A quantidade de cana-de-açúcar a ser adquirida é calculada com base em uma estimativa de colheita de cana-de-açúcar por área geográfica. A quantia a ser paga pela Companhia será determinada para cada período de colheita ao término de tal período de colheita de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotado pela CONSECANA. Na safra 26/27, entre contratos assumidos e negociações em andamento a estimativa total de cana a ser adquirida de fornecedores é de 2.387 (mil) toneladas.

33 Eventos subsequentes

Em 29 de maio de 2026, a Companhia contratou a operação de Cédula de Produtor Rural (CPR) junto ao Banco Santander, no montante de R\$ 150.000, com carência de 3 anos e vencimento final em 7 anos. A operação não altera as demonstrações financeiras encerradas em 31 de março de 2026, sendo divulgada apenas por sua relevância.

Clesio Antonio Balbo
Diretor presidente

Frederico Fontes Balbo
Diretor financeiro

Ranulfo Costa
Gerente de controladoria